

TUDO DEVE MUDAR PARA QUE TUDO PERMANEÇA IGUAL:
MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM DUAS CRÔNICAS MACHADIANAS
*EVERYTHING MUST CHANGE FOR EVERYTHING TO REMAIN THE SAME:
CONSERVATIVE MODERNIZATION IN TWO CHRONICLES BY MACHADO DE
ASSIS*

Leandro Antognoli Caleffi¹

RESUMO: A partir da leitura analítico-interpretativa das crônicas machadianas “19 de maio de 1888” e “16 de outubro de 1892”, referentes às séries “Bons Dias!” e “A Semana”, publicadas na *Gazeta de Notícias*, o presente artigo analisa as maneiras pelas quais ambas as narrativas abarcam as contradições da modernização nacional, expondo a persistência do atraso na sociedade brasileira. Palavras-chave: Machado de Assis; crônica; modernização conservadora.

ABSTRACT: Through an analytical-interpretative reading of Machado’s chronicles “19 de maio de 1888” and “16 de outubro de 1892”, referring to the series “Bons Dias!” and “A Semana”, published in the *Gazeta de Notícias*, this article analyzes how both narratives embrace the contradictions of national modernization, exposing the persistence of backwardness in Brazilian society.

Keywords: Machado de Assis; chronicle; conservative modernization.

“As aparências enganam; foi a primeira banalidade que aprendi na vida, e nunca me dei mal com ela. Daquela disposição nasceu em mim esse tal ou qual espírito de contradição que alguns me acham, certa repugnância em execrar sem exame vícios que todos execram, como em adorar sem análise virtudes que todos adoram. Interrogo a uns e a outros, dispo-os, palpo-os, e se me engano, não é por falta de diligência em buscar a verdade. O erro é deste mundo.”

Machado de Assis

¹ Mestrando, USP.

À afirmação sobre o caráter enganoso das aparências corresponde uma crítica de Machado de Assis à facilidade com que a maioria dos indivíduos adere ao senso comum. Diferente dela, o escritor prefere interrogar, despir, palpar, confirmando aquilo que Antonio Candido reconheceu como um traço fundamental da literatura machadiana: o ato de “desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor algumas das componentes mais esquisitas da personalidade” (1970, p. 18). Não afeito a lugares-comuns e a juízos simplistas, esse espírito de contradição irradia-se por toda a obra do autor, ainda que por diferentes tons e matizes, sendo perceptível em maior grau nos romances, mas também de forma substantiva nos contos e nas crônicas.

Especialmente em duas delas, a “19 de maio de 1888” e a “16 de outubro de 1892”, referentes às séries “Bons Dias!” e a “A Semana”, ambas publicadas na *Gazeta de Notícias*, é patente o desnudamento daquilo que a ideologia busca a todo custo encobrir: as contradições da modernização nacional, cuja implementação não eximiu a sociedade brasileira das marcas deixadas pelo passado escravista e colonial.

Como é sabido, para que o Brasil pudesse ser alçado à categoria de nação moderna, era necessário estar em dia com as ideias do liberalismo europeu e do positivismo, estágios novos do capitalismo que não viam com bons olhos a manutenção do trabalho escravo e do império no país. Munidas de princípios estrangeiros e empenhadas em perpetuar seus privilégios econômicos sob novas formas, as elites locais tiveram assim de decretar a Abolição (1888) e proclamar a República (1889). Realizados de cima para baixo, tais feitos não produziram transformações efetivas na base da sociedade brasileira, uma vez que práticas econômico-sociais próprias do colonialismo ainda podiam ser observadas à luz do dia. Mesmo que a lei garantisse o fim da escravidão, a população negra, abandonada à própria sorte, tinha de se haver com as mazelas do racismo estrutural que ainda

mostrava as caras. A República, por sua vez, longe de garantir o direito à cidadania a todos, se tratou de um acordo entre os militares e as elites, a fim de que seus interesses não fossem mais prejudicados pelas políticas imperiais.

Em síntese, as mudanças observadas na época se deram primordialmente na superfície, sem que o substrato atrasado fosse desmantelado, fazendo com que o moderno atribuísse ao arcaico uma nova feição, perpetuando-o. Diante disso, diversos estudiosos das ciências humanas², interessados em compreender a formação histórica do país em suas respectivas áreas do conhecimento, denominaram esse fenômeno brasileiro de “modernização conservadora”, uma vez que o paradoxo da expressão faz jus à constituição ambivalente do Brasil, cuja modernidade prescindiu da superação do atraso. Sendo um emblema da sociedade nacional, esse traço se faz presente

nas revistas, nos costumes, nas casas, nos símbolos nacionais, nos pronunciamentos de revolução, na teoria e onde mais for, sempre a mesma composição “arlequinal”, para falar com Mário de Andrade: *o desacordo entre a representação e o que, pensando bem, sabemos ser o seu contexto*. Consolidada por seu grande papel no mercado internacional, e mais tarde na política interna, a combinação de latifúndio e trabalho compulsório atravessou impávida a Colônia, Reinados e Regências, Abolição, a Primeira República, e hoje mesmo é matéria de controvérsia e tiros. (SCHWARZ, 2014, p. 58–59, grifos nossos).

Tais contradições comparecem da mesma forma à obra de Machado de Assis, escritor que soube capturar como nenhum outro as tensões históricas da sociedade de seu tempo, elaborando-as sob a forma de narrativas sofisticadas, cujas faturas exigem que o leitor desconfie o tempo todo das aparências e enxergue além da superfície. Sendo assim, resta analisar de que maneira as duas crônicas em questão formalizam os impasses provenientes da modernização brasileira, pondo a nu o caráter conservador de sua implementação.

² São eles: Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Gilberto Freyre (*Casa-grande & senzala*), Raymundo Faoro (*Os donos do poder*), Florestan Fernandes (*A revolução burguesa no Brasil*), Celso Furtado (*Formação econômica do Brasil*), e Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo*).

CRÔNICA “19 DE MAIO DE 1888”

Publicada exatos seis dias após a Abolição, a crônica “19 de maio de 1888” apresenta um ponto de vista irônico quanto às consequências desse evento histórico para a população negra recém-liberta. Ao trazer à baila o relato em primeira pessoa de um senhor de escravos, a narrativa machadiana denuncia a falsa benevolência desse segmento para com o fim da escravidão, já que a promulgação da Lei Áurea não cessou a opressão contra os negros nem mitigou os privilégios próprios da classe branca dominante.

No primeiro segmento do texto, o narrador faz questão de apresentar ao leitor a sua linhagem: “Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês” (ASSIS, 1997, p. 489, grifos no original). A importância da estirpe como fator de diferenciação social é sintomática de uma sociedade altamente estratificada em que os sujeitos são aquilatados pela consanguinidade. A combinação despropositada e algo caricatural dos estrangeirismos não deixa de revelar o apreço das elites nacionais pela educação importada da Europa, forma eficiente de não serem confundidas com o populacho pobre e analfabeto. O fato de o escravocrata declarar que sua família é composta por profetas não é também mera casualidade: antes mesmo de o fim da escravidão ser declarado por lei, ele se adiantara e libertara seu escravo, colocando-se em um patamar intelectual acima de seus contemporâneos: “Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta Lei de 13 de Maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos” (1997). Não deixa do mesmo modo de chamar atenção à soberba com que a voz narrativa se refere ao rapaz, observada pela designação pejorativa “molecote” e pelo desconhecimento da idade exata do jovem.

Tendo em vista seu adiantamento em relação à Lei Áurea, o narrador decide oferecer um jantar a seus pares como maneira de vangloriar-se de seu visionarismo. Ainda que reunisse somente cinco pessoas — note-se que o escravo recém-liberto não era uma delas —, noticiaram na imprensa que havia trinta e três integrantes na ocasião, número emblemático, uma vez que remetia à idade de Jesus Cristo. Aproveitando-se da analogia feita pelos jornais em benefício próprio, o escravocrata declara que alforriou seu escravo em nome das ideias cristãs, afinal a liberdade se tratava de um dom divino. O teor irônico do relato não poderia ser maior, já que o direito à liberdade, inexistente no sistema escravista, figura no contexto como estratégia de autopromoção por parte daquele que se supunha outrora proprietário legítimo da vida de outro homem:

No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia a que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado. (ASSIS, 1997, p. 490, grifos do autor).

Findo o discurso, o narrador é ovacionado pelos presentes: “Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.” (ASSIS, 1997). Como se vê, a manobra discursiva do escravocrata foi bem-sucedida, rendendo-lhe inclusive homenagens e gratificações. Tomar para si a função de servir de exemplo à nação, transformando uma questão de ordem coletiva em algo de foro íntimo, é traço característico de estruturas patriarcais, em que a esfera pública é suprimida pelos interesses individuais das classes dirigentes. Nesse sentido, a crônica acaba por denunciar ironicamente o apelo intencional à emoção como maneira

de fazer politicagem e comover a audiência³. A utilização de princípios religiosos em detrimento da racionalidade acaba também por expor a problemática falta de laicidade no trato de assuntos políticos, fator nada estranho a um país assentado sobre o colonialismo cristão.

Outro índice de ironia presente na cena pode ser observado pelo nome do ex-escravo: do grego, *pankration* significa “poderes totais”, conotação de todo avessa à condição coisificada do negro que, mesmo na qualidade de liberto, ainda dependia dos favores de seu ex-senhor para sobreviver. Não custa lembrar que designações irônicas atribuídas a personagens negras são comuns à literatura machadiana, como se pode verificar pelos nomes de figuras como Prudêncio, no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), Lucrécia, no conto “O caso da vara” (1899), e Arminda, em “Pai contra mãe” (1906). Em todos esses casos, é patente a crítica do escritor ao sistema escravista, que impedia esses seres de agirem de acordo com o que os seus nomes expressam na medida em que lhes negava o comando sobre o próprio destino.

Na sequência da crônica, chega o dia posterior ao jantar, em que o narrador se dirige ao ex-escravo para lhe informar de sua alforria:

No dia seguinte, chamei Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô! fico.

— ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu cresceste imensamente. Quando nasceste, era um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto que quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; *mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.*

— Justamente. Pois seis mil-réis. *No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.* (ASSIS, 1997, p. 490, grifos nossos).

³ Como bem observou Sérgio Buarque de Holanda, “o peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras.” (HOLANDA, 1995, p. 61).

O não diálogo⁴ entre o senhor e o ex-escravo é significativo e merece atenção. Nele, as relações desiguais de poder entre as duas personagens são expostas por diferentes fatores. Primeiro, nota-se o tom cordial e chantagista com que o escravocrata se dirige ao rapaz logo após a afirmação de que Pancrácio se tornara livre. Discurso apelativo e elaborado de forma estratégica para que o negro não o abandonasse de fato, uma vez que na condição de liberto estava entregue à própria sorte. À diferenciação social entre eles corresponde a assimetria entre os registros linguísticos: o narrador domina o português considerado culto; enquanto ao ex-escravo resta o desvio da norma gramatical. A falta de instrução do negro denuncia, em chave mais ampla, a vulnerabilidade cultural dessa parcela da população, servindo de instrumento à dominação exercida pelo homem branco. Além disso, o ditado popular de teor meritocrático proferido pelo narrador (“é de grão em grão que a galinha enche seu papo”), seguida de uma afirmação ambígua (“Tu vales mais que uma galinha”), escancara a reificação a que Pancrácio estava submetido no regime escravista. Assim como o animal, o rapaz não possuía direito humano algum e, na condição de mercadoria, também tinha seu preço a ser negociado no mercado. Por fim, a declaração do escravocrata, que imputa exclusivamente ao negro a responsabilidade pelo aumento do próprio salário, encobre a desigualdade econômica estrutural, alimentando a falsa ideia de que seu esforço individual poderia ser recompensado no futuro (“No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete”).

No segmento seguinte, a violência constitutiva da relação entre senhor e ex-escravo se mostra ainda mais ostensiva:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por

⁴ Pancrácio apenas reage às falas do escravocrata, cujo discurso beira o solilóquio. Cf. CUNHA, Cilaine Alves. Apresentação: Crônica 19 de maio de 1888, de Machado de Assis. *Teresa*, Universidade de São Paulo (USP), nº 17, 2016, p. 215–218.

um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do Diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre. (ASSIS, 1997, p. 490).

Ao afirmar que Pancrácio aceitara passivamente a agressão física, o narrador acaba por naturalizar a violência desferida contra o negro, encobrindo a impossibilidade de Pancrácio reagir a ela, já que o ex-escravo ainda dependia do algoz para sobreviver. Daí o escravocrata designar as pancadas como um impulso natural a ser explicado ao rapaz, revelando a superioridade intelectual do senhor em face daquele tido como inferior. Também chama atenção a continuidade da relação de propriedade do branco para com o negro mesmo no pós-Abolição (“o meu bom Pancrácio”), expressa no texto pelo pronome possessivo, que revela ao mesmo tempo posse e perversa cordialidade, próprias da relação social autoritária. Não à toa que a violência sofrida pelo jovem é perpetuada, seja de forma física ou verbal (“daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando não lhe chamo filho do Diabo”). Nisso, reside um olhar crítico de Machado de Assis sobre a manutenção das atrocidades contra a população negra recém-liberta, haja vista que a promulgação da lei não extinguiu as opressões a que essa camada estava há séculos submetida no país.

No desfecho da crônica, o narrador assume o real motivo que o levou a alforriar seu escravo:

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a

justiça na terra, para satisfação do céu. Boas Noites. (ASSIS, 1997, p. 490-491, grifos no original).

A fim de impressionar seus futuros eleitores com o pioneirismo e a benevolência de sua ação e, com isso, angariar o cargo de deputado, o escravocrata acaba por revelar suas reais intenções: a libertação do escravo foi um pretexto para que seus interesses fossem assegurados. Embora Pancrácio tenha se tornado professor de filosofia, suas habilidades com a leitura, com a escrita e com o contar não passam de mera suposição por parte do narrador, o que atesta não sem ironia o abandono e a precariedade em que se encontrava a população negra liberta, agora entregue a si mesma. Nesse sentido, o encerramento do parágrafo não poderia ser mais notório: o senhor de escravos, tomando para si a virtude de homem puro, grande e verdadeiramente político, se vangloria mais uma vez de ter se antecipado à Lei Áurea, pondo-se acima dos aparatos legais e do Estado, para ele sempre incompetentes. Tal discurso descortina a face autoritária das oligarquias nacionais que, julgando-se superiores à esfera pública e às decisões coletivas, agem com a única finalidade de garantir seus próprios interesses.

Por meio de um texto curto e que aparenta simplicidade, Machado de Assis tensiona, em chave irônica, as significações históricas da Abolição e seus desdobramentos no Brasil. Valendo-se de um gênero literário menor⁵, próximo ao cotidiano e aos leitores, com a intenção de dar voz à elite escravocrata acerca da libertação dos escravos, o escritor dá conta de desmascarar o que está por trás dos fatos e insiste em ocultar-se: a conservação intencional de práticas sociais arcaicas a despeito da fachada inovadora.

⁵ Cf. CANDIDO, Antonio. "A vida ao rés-do-chão". In *Para gostar de ler: crônicas*. Volume 5. São Paulo: Ática, 2003, p. 89-99.

CRÔNICA “16 DE OUTUBRO DE 1892”

Análoga à narrativa anterior no que concerne ao ponto de vista irônico sobre a modernização nacional conservadora, mas diferindo-se dela por procedimentos estéticos que lhe são próprios, a crônica “16 de outubro de 1892” põe em cena o diálogo entre dois burros acerca das mudanças promovidas pela chegada dos bondes elétricos ao país. A partir desse quadro, cuja composição toma emprestado da fábula o fato de personagens animais representarem condutas humanas, Machado de Assis perfaz uma crítica contundente à exploração do trabalho e à coisificação do sujeito, inerentes ao modo de produção capitalista em contexto periférico.

Narrado em primeira pessoa, o texto se inicia com o relato do narrador sobre o incômodo que a presença inusitada de bondes elétricos na capital carioca lhe causava. A razão do mal-estar se devia menos à inovação tecnológica do novo meio de transporte do que à postura soberba do cocheiro que o conduzia, cuja pretensa superioridade parecia debochar daqueles que ainda se valiam das formas antigas de locomoção. Tal situação o leva a estabelecer diferenças entre dois tipos de comportamentos sociais: indivíduos que agem dessa maneira em razão das “glórias de empréstimo” (p. 551) e os que o fazem em nome da “plena propriedade” (p. 551). Os primeiros teriam sua importância atribuída por outros e, assim, não fariam jus à alta conta que lhes é ofertada; enquanto os segundos seriam mercedores genuínos de sua eminência:

Para não mentir, direi o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu *bond*, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o *bond* elétrico, mas a própria eletricidade. Não é meu ofício censurar essas meias glórias, ou glórias de empréstimo, como lhe queiram chamar espíritos vadios. As glórias de empréstimo, se não valem tanto como as de plena

propriedade, merecem sempre algumas mostras de simpatia. Para que arrancar um homem a essa agradável sensação? Que tenho para lhe dar em troca? (ASSIS, 1997, p. 551, grifos no original).

Para o narrador, a arrogância do cocheiro não se justifica, ainda que não lhe caiba censurá-lo, uma vez que se tratava de uma sensação agradável por parte daquele que a experienciava. Tal constatação permite ver um traço caro à sociabilidade brasileira: o anseio pela diferenciação social próprio de uma sociedade altamente estratificada cujas relações, por via de regra, se estabelecem entre os que mandam e os que devem obedecer.

Após ponderar sobre o ilegítimo arrogo do condutor do bonde elétrico, a voz narrativa é surpreendida pela conversa entre dois burros acerca da possível liberdade que o advento da forma elétrica de locomoção lhes proporcionaria. Isso é, a partir da chegada do novo meio de transporte, a tração animal, ao que parece, não seria mais necessária. Importante dizer que as duas personagens se comunicam em uma língua específica, desconhecida pelos humanos em geral, mas compreendida pelo narrador.

Trata-se da língua dos Houyhnhnms, raça de equinos presente na obra *As Viagens de Gulliver* (1726), de Jonathan Swift. Nela, esses seres representam o que há de melhor na humanidade; enquanto os Yahoos, símbolo do racionalismo científico próprio à raça humana, o que há de pior⁶. Pela referência intertextual tingida de fina ironia, o texto machadiano propõe que os homens são inferiores aos animais, na medida em que estes são oprimidos por aqueles. Revela-se, com isso, a face autoritária dos seres humanos, afeitos historicamente ao exercício da violência e da repressão contra os mais fracos. Em outras palavras: a crônica sugere que os burros representam os sujeitos inferiorizados de forma injusta pela sociedade, ao passo que o narrador, o seu exato oposto. Valendo-se de uma característica própria das fábulas, Machado

⁶ Cf. DEMARIA JR., Robert. Introdução. In SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 35–52.

crítica com ironia a suposta superioridade do homem, rebaixando-o, ao desmascarar seu lado perverso. Nesse sentido, a conversa entre as duas personagens é reveladora:

— Tens e não tens razão, respondia o da direita ao da esquerda.

O da esquerda:

— Desde que a tração elétrica se estenda a todos os *bonds*, estamos livres, parece claro.

— Claro parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie, colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem refletas que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua, nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vingasse no dia seguinte.

— Que tem isso com a liberdade?

— Vejo, redargüiu melancolicamente o burro da direita, vejo que há muito de homem nessa cabeça.

— Como assim? bradou o burro da esquerda estacando o passo. (ASSIS, 1997, p. 551, grifos no original).

O léxico de teor iracundo (“pancadaria”, “vinga-se”), referindo-se às atitudes dos homens para com os animais, é sintomático do caráter violento da humanidade. Realocada em chão histórico, tal questão diz muito sobre a sociabilidade brasileira, cuja base religiosa nunca impediu o exercício da brutalidade contra os mais vulneráveis (“nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã”). Como se vê, o burro à direita, mais arguto que seu interlocutor, sabe que o novo meio de transporte não eximiria os animais da opressão a que estavam há tempos condicionados, sendo essa um traço estrutural do país (“entre parecer e ser, a diferença é grande”). Ao declarar que o animal da esquerda tem “muito de homem” na cabeça, pelo fato de ele não compreender a violência como algo oposto à liberdade, a fala do burro da direita acaba por expor de forma crítica a permanência, e a conseqüente naturalização, de práticas autoritárias comuns a um corpo social constituído historicamente pelo colonialismo e pela escravidão.

A conversa entre os animais prossegue:

O cocheiro, entre dois cochilos, juntou as rédeas e golpeou a parelha.

— Sentiste o golpe? perguntou o animal da direita. Fica sabendo que, quando os *bonds* entraram nesta cidade, vieram com a regra de se não empregar chicote. Espanto universal dos cocheiros: onde é que se viu burro andar sem chicote?

Todos os burros desse tempo entoaram cânticos de alegria e abençoaram a idéia os trilhos, sobre os quais os carros deslizariam naturalmente. Não conheciam o homem.

— Sim, o homem imaginou um chicote, juntando as duas pontas das rédeas. Sei também que, em certos casos, usa um galho de árvore ou uma vara de marmeleiro.

— Justamente. Aqui acho razão ao homem. Burro magro não tem força; mas, levando pancada, puxa. Sabes o que a diretoria mandou dizer ao antigo gerente Shannon? Mandou isto: “Engorde os burros, dê-lhes de comer, muito capim, muito feno, traga-os fartos, para que eles se afeiçoem ao serviço; oportunamente mudaremos de política, *all right!*” (ASSIS, 1997, p. 551–552, grifos no original).

Nessa passagem, chama atenção o fato de a utilização do chicote ser mantida a despeito de sua aparente inutilidade: o exercício da violência, representado pelo instrumento de açoite⁷, não poderia ser descartado, já que é próprio da raça humana (“Não conheciam o homem”). Mesmo sendo alvo da agressão, o burro da direita tenta justificá-la, revelando em chave irônica a naturalização dessa prática, presente mesmo quando há a falta do objeto (“em certos casos, usa um galho de árvore ou uma vara de marmeleiro”). Também é notável o uso irônico da expressão inglesa (“*all right!*”), que de forma metonímica alude à presença do capitalismo internacional no país, interessado na modernização e naquilo que ela lhe poderia garantir economicamente.

Na sequência:

— Disso não me queixo eu. Sou de poucos comeres; e quando menos trabalho, quando estou repleto. Mas que tem capim com a nossa liberdade, depois do *bond* elétrico?

— O *bond* elétrico apenas nos fará mudar de senhor.

⁷ Tendo em vista a data de publicação da crônica, apenas quatro anos após a Abolição, não deixa de ser significativa a presença do chicote como símbolo do exercício da violência contra os animais. Ao analisar o tema da escravidão em *Helena* (1876), Sidney Chalhoub assinala: “nos discursos de denúncia contra a escravidão, era comum que os críticos do regime acentuassem seus horrores traçando paralelos entre a condição dos escravos e a dos animais ‘irracionais’ à sua volta.” (2003, p. 32).

— De que modo?

— Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças.

— Pela burra de Balaão! exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? nenhum prêmio? nenhum sinal de gratificação? Oh! mas onde está a justiça deste mundo?

— Passaremos às carroças — continuou o outro pacificamente — onde a nossa vida será um pouco melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe mais o que ele lhe custou. Um dia, a velhice, a lazeira, qualquer coisa que nos torne incapaz, restituir-nos-á a liberdade...

— Enfim!

— Ficaremos soltos, na rua, por pouco tempo, arrancando alguma erva que aí deixem crescer para recreio da vista. Mas que valem duas dentadas de erva, que nem sempre é viçosa? Enfraqueceremos; a idade ou a lazeira ir-nos-á matando, até que, para usar esta metáfora humana, — esticaremos a canela. Então teremos a liberdade de apodrecer. Ao fim de três, a vizinhança começa a notar que o burro cheira mal; conversa e queixumes. No quarto dia, um vizinho, mais atrevido, corre aos jornais, conta o fato e pede uma reclamação. No quinto dia sai a reclamação impressa. No sexto dia, aparece um agente, verifica a exatidão da notícia; no sétimo, chega uma carroça, puxada por outro burro, e leva o cadáver. (ASSIS, 1997, p. 552, grifos no original).

À tola declaração do burro da esquerda o da direita responde que a presença do bonde elétrico somente mudaria o cenário, não a situação (“O *bond* elétrico apenas nos fará mudar de senhor”). Com isso, revela-se a coisificação do homem inerente ao modo de produção capitalista, dado que os animais na crônica servem à representação do humano espoliado. Enquanto objetos (“Nós somos bens da companhia”), oportunamente serão descartados (“vendem-nos”), à espera de que a velhice, a incapacidade de servir como meio produtivo, ou a morte (“Então teremos a liberdade de apodrecer”) possam, enfim, assegurar-lhes a liberdade, já que não lhes resta aguardar pela aposentadoria ou por gratificações. Da mesma forma, não deixa de ser notável a alusão pormenorizada à indiferença das pessoas quanto à decomposição do corpo, expondo a desumanização própria à estrutura econômico-social que nega aos sujeitos sua condição de humanidade.

A essas afirmações o burro da esquerda reage:

— Tu és lúgubre, disse o burro da esquerda. Não conheces a língua da esperança.

— Pode ser, meu colega; mas a esperança é própria das espécies fracas, como o homem e o gafanhoto; o burro distingue-se pela fortaleza sem par. A nossa raça é essencialmente filosófica. Ao homem que anda sobre dois pés, e provavelmente à águia, que voa alto, cabe a ciência da astronomia. Nós nunca seremos astrônomos. Mas a filosofia é nossa. Todas as tentativas humanas a este respeito são perfeitas quimeras. Cada século... (ASSIS, 1997, p. 552).

Contra-pondo-se à “espécie fraca”, de que o homem e o gafanhoto⁸ são representantes, o burro é caracterizado pela “fortaleza sem par”, sendo uma “raça essencialmente filosófica”. O já mencionado rebaixamento irônico da raça humana pela crônica machadiana não poderia ser mais evidente: Machado inferioriza o homem e eleva o animal irracional, na contramão do que propunha o racionalismo científico. Invertendo os sinais, o escritor satiriza as teorias evolutivas de sua época, debochando da validade de suas premissas⁹. Ao declarar que todas as tentativas humanas a respeito da filosofia são “perfeitas quimeras”, o burro da direita alça a própria espécie a uma categoria superior à dos *Homo sapiens*, deveras limitada, segundo ele, por só lhe caber a ciência da astronomia.

Findo o trajeto, o narrador desce do bonde e se aproxima dos animais:

O freio cortou a frase ao burro, porque o cocheiro encurtou as rédeas, e travou o carro. Tínhamos chegado ao ponto terminal. Desci e fui mirar os dois interlocutores. Não podia crer que fossem eles mesmos. Entretanto, o cocheiro e o condutor cuidaram de desatrelar a parelha para levá-la ao outro lado do carro; aproveitei a ocasião e murmurei baixinho, entre os dois burros:

— *Houyhnhnms!*

Foi um choque elétrico. Ambos deram um estremeção, levantaram as patas e perguntaram-me cheios de entusiasmo:

⁸ A simbologia do gafanhoto remete à ideia de praga, de multiplicação devastadora. “Aparecem com este significado do *Êxodo* (10,14) ao *Apocalipse* (9,3), em que representam, segundo os exegetas, as invasões históricas ou os tormentos de origem demoníaca.” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2020, p. 520). No contexto da crônica, a associação do homem ao inseto atua como uma crítica à humanidade.

⁹ O assunto foi estudado por Roberto Schwarz. Cf. SCHWARZ, Roberto. O papel das ideias. In *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000, p. 96-107.

— Que homem és tu, que sabes a nossa língua?

Mas o cocheiro, dando-lhes de rijo na lambada, bradou para mim, que lhe não espantasse os animais. Parece que a lambada devera ser em mim, se era eu que espantava os animais; mas como dizia o burro da esquerda, ainda agora: — Onde está a justiça deste mundo? (ASSIS, 1997, p. 552–553, grifos no original).

Tendo compreendido o diálogo das duas personagens, o homem interpela os burros, causando-lhes espanto, já que inusitadamente dominava a língua dos Houyhnhnms. Por tê-los assustado, o cocheiro brada com o narrador, a fim de que ele não amedrontasse os animais e, assim, atrapalhasse a corrida. Ainda que eles não merecessem o açoite, o condutor do bonde os agride, fato que confirma de forma irônica a falta de justiça desse mundo e a naturalização da violência, cujo exercício não necessita de uma causa legítima para ocorrer. Com efeito, o advento dos bondes elétricos não cessou a opressão a que os burros estavam submetidos, dado que a agressão e o arbítrio persistem independente de sua desejável extinção.

Imbuídas de uma linguagem, conforme Davi Arriguci Júnior, “refinada, alusiva, muitas vezes maldosa e sempre irresistível” (1987), as crônicas machadianas “19 de maio de 1888” e “16 de outubro de 1892” formalizam, cada uma a seu modo, as tensões decorrentes da manutenção do atraso em face da implementação do moderno no país. Ao dar voz a um escravocrata que se adianta à Abolição, a primeira desmascara os alcances desse evento histórico, pondo a nu as contradições de sua execução. A segunda, por sua vez, ao trazer à cena o diálogo entre dois burros acerca da chegada do novo meio de transporte, descortina a face perversa da sociabilidade brasileira, sempre afeita ao uso indiscriminado da violência e do abuso.

À vista disso, Machado de Assis foi capaz de dar outra envergadura ao gênero, cuja proximidade com o cotidiano e com os leitores o fez ser encarado por muitos como literatura menor. É nisso que reside a genialidade do escritor carioca: a partir de situações mezinhas, aparentemente banais, as crônicas em questão lançam luz sobre o que há de mais profundo sobre a sociedade nacional, trazendo à tona os impasses decorrentes de sua peculiar formação histórica, que combinou de forma conveniente

traços do passado à modernidade, a fim de reinseri-los, em nova roupagem, no tempo presente.

REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. In *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51–66.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In *Vários escritos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1970, p. 15–32.

_____. A vida ao rés-do-chão. In *Para gostar de ler: crônicas*. Volume 5. São Paulo: Ática, 2003, p. 89–99.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Trad. Vera da Costa e Silva; Raul de Sá Barbosa; Angela Melim; Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

CUNHA, Cilaine Alves. Apresentação: Crônica 19 de maio de 1888, de Machado de Assis. *Teresa*, Universidade de São Paulo (USP), nº 17, 2016, p. 215–218. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/127374>.

DEMARIA JR., Robert. Introdução. In SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 35–52.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p. 47–64.

_____. O papel das ideias. In *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000, p. 96–107.

Recebido em: 08/05/2022

Aceito em: 26/09/2022